

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1517 | 01/08/2020 a 15/08/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

INFRAESTRUTURA

ESCOAMENTO BARATO POR ASFALTO BOM

Futuros investimentos por parte da iniciativa privada prometem reduzir tarifa e agilizar o transporte da produção agropecuária

sistemafaep.org.br



Aos leitores

Numa analogia simplista, as rodovias que cortam o Paraná são como as veias do corpo humano, que permitem que o sangue chegue a todas as partes. Da mesma forma, os milhares de quilômetros de asfalto permitem que a produção estadual, principalmente do agronegócio, chegue às indústrias de beneficiamento, no Porto de Paranaguá, aos grandes centros urbanos e à mesa do consumidor. Ou seja, são de vital importância para que a economia continue pulsando.

Para isso, diversas melhorias precisam ser realizadas. Mas sem onerar drasticamente o ir e vir dos produtores rurais, empresários e população em geral. Para isso que está sendo discutida exaustivamente, com participação direta da FAEP, a próxima licitação de trechos das rodovias estaduais e federais. O processo não é simples, ao contrário, e requer que cada detalhe seja analisado para evitar, ao máximo, armadilhas futuras.

O ponto positivo é que, desta vez, os setores público e privado estão completamente alinhados. Os anseios de todas as partes envolvidas no processo são, se não os mesmos, bastante similares. Isso, de certa forma, causa um alento nos produtores rurais. Afinal, como diz o título da matéria de capa desta edição do Boletim Informativo, provavelmente teremos, no futuro próximo, mais investimentos nas rodovias a um custo menor da tarifa de pedágio.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos e William Goldbach **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1517:

Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

TRANSPORTE

Proposta para futura concessão de rodovias no Paraná prevê pedágio mais barato e ampliação do Anel de Integração

PÁG. 18

DIA DO AGRICULTOR

Sistema FAEP/SENAR-PR realiza campanha que reforça a importância e a união do agronegócio paranaense

Pág. 4

MIP DIGITAL

A partir desta safra, MIP conta com aplicativo de celular para reunir e sistematizar dados

Pág. 6

INTEGRAÇÃO

Trabalho das Cadecs do Paraná vira referência nacional na capacitação de produtores integrados

Pág. 12

RAIVA

Casos aumentam no Paraná e autoridade sanitária alerta para que pecuaristas vacinem o rebanho

Pág. 14

FUNGICULTURA

Produção de cogumelos ganha espaço e coloca o Paraná no segundo lugar do ranking nacional do alimento

Pág. 24



Hora de declarar o ITR

Prazo para cumprir a exigência vai até 30 de setembro. Sistema FAEP/SENAR-PR preparou cartilha para auxiliar produtores e sindicatos rurais



Como acontece todos os anos, os produtores rurais precisam realizar a declaração do Imposto Territorial Rural (ITR). Neste ano, o procedimento obrigatório deve ser feito de forma digital, entre 17 de agosto e 30 de setembro, por meio de um programa específico de computador desenvolvido pela Receita Federal. Grande parte dos sindicatos rurais do Paraná está apta a realizar o serviço e disponibiliza funcionários para ajudar o produtor rural a cumprir este trâmite.

Além disso, para auxiliar produtores e sindicatos rurais a tirar dúvidas na hora da declaração de ITR, o Sistema FAEP/SENAR-PR preparou uma cartilha sobre o tema. O material, com 20 tópicos, elenca os principais pontos relacionados à declaração de ITR. Para ver o material, basta acessar a seção Serviços, no site www.sistemafaep.org.br ou apontar seu celular para o QR code nesta página.

Na cartilha, o produtor rural encontra informações sobre como é o cálculo do valor do imposto, o que significam al-

guns conceitos importantes relacionados ao tema e quais documentos necessários para fazer o ITR. Nesse caso, por exemplo, o material orienta que é preciso ter em mãos a última declaração do referido imposto, documentação pessoal e da propriedade e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O guia também trata sobre outras dicas importantes, como o fato de proprietários de imóveis rurais que já tiverem o CAR poderem incluir o número do recibo no formulário da declaração do ITR. Ou ainda que os documentos que comprovem as informações prestadas na declaração de ITR devem ser guardados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários relativos às situações e aos fatos a que se refiram.

Quem deve declarar ITR?

O procedimento é obrigatório para pessoas físicas e/ou jurídicas. No caso das físicas, estão incluídas na obrigatoriedade proprietários, condôminos e copossuidores. Já as jurídicas são aquelas que detêm a posse ou a propriedade do imóvel rural. Há uma série de especificações dentro dessa obrigatoriedade para cada categoria. Inclusive existem casos de isenção dessa declaração. Tudo está explicado e detalhado na cartilha preparada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.

Condições de pagamento e multas

Vale lembrar que o proprietário rural que declarar o ITR fora do prazo pagará multa de 1% ao mês, calculada sobre o imposto devido e considerando uma parcela mínima de R\$ 50. O pagamento será feito em até quatro parcelas, mas, se o valor devido for menor que R\$ 100, a quitação é por cota única.



ACESSE A CARTILHA DO ITR

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code.
- Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.



Sistema FAEP/SENAR-PR homenageia produtores no Dia do Agricultor

Campanha traz mais de 150 fotos de agropecuaristas paranaenses no campo para representar a força da união e agradecer o esforço de todos para seguirmos em frente



O Sistema FAEP/SENAR-PR lançou, no dia 28 de julho, uma campanha de homenagem ao Dia do Agricultor. A ação contém materiais em imagens, áudio e vídeo com o objetivo de chamar a atenção para a força que vem da união do agronegócio paranaense. Para representar essa ideia, a entidade resgatou ações dos anos anteriores e juntou com centenas de fotos de agricultores e pecuaristas. O conteúdo foi veiculado nas redes sociais e também foi encaminhado para a publicação por sindicatos rurais e outras entidades representativas do agro do Paraná e do Brasil.

Na ocasião, Agide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, fez questão de agradecer, no vídeo da campanha, o esforço que os produtores paranaenses têm dedicado para, mesmo diante de uma das piores crises, garantir alimentos na mesa do Paraná, do Brasil e do mundo. “Temos muitos motivos para dizer ‘obrigado, produtor rural’, pois o setor produtivo do Paraná é unido e está sempre pronto para responder aos momentos difíceis da nossa história, com geração de riquezas e empregos. Parabéns, produtores, pela sua coragem e firmeza à nossa vocação de alimentar o mundo”, enfatizou o presidente.

Uma parte das imagens utilizadas para formar o grande mosaico, que representa a força da união do agronegócio paranaense, veio de outra ação promovida pelo Sistema

FAEP/SENAR-PR. Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a mobilização “Agro PR não para” incentivou produtores rurais do Estado, das mais diversas cadeias, a enviarem fotos mostrando que o trabalho no campo segue a todo vapor. A participação de produtores tem sido um sucesso e as postagens dessa ação na nossa página do Facebook e no perfil do Instagram já alcançaram mais de 80 mil pessoas.

Confira os materiais da campanha nas redes sociais do Sistema FAEP/SENAR-PR.



CONFIRA O VÍDEO DA CAMPANHA

É fácil!

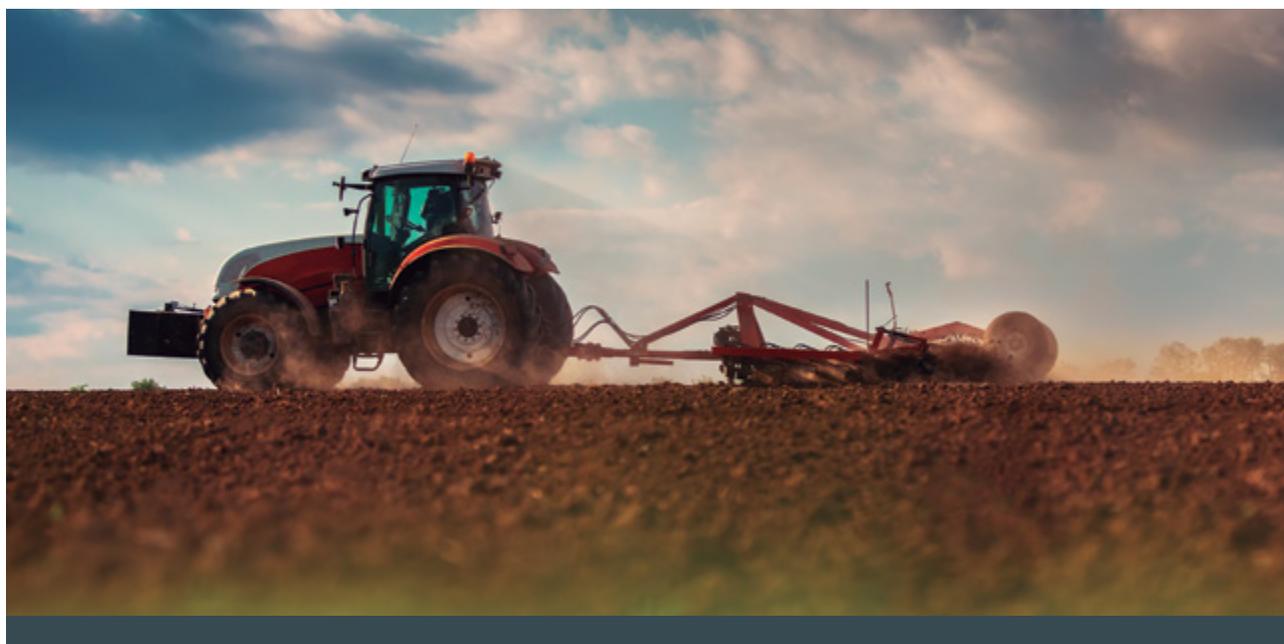
- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da campanha no nosso site sistemafaep.org.br



Produtor não precisa cancelar DAP para acessar Pronamp

Estabelecida por meio de nova resolução do Banco Central, medida passou a valer em 1º de julho



O pequeno produtor rural beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) poderá, na safra 2020/21, ter acesso também a créditos destinados por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Para isso, o produtor não precisará cancelar sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), se desenquadrando do programa. Na prática, o agricultor pode obter financiamento do Pronamp, sem deixar de ser mutuário do Pronaf.

Válida apenas para a safra atual, a regra foi estabelecida por meio da Resolução 4.828, do Banco Central do Brasil, que entrou em vigor em 1º de julho. Apesar da nova regra, a FAEP

tem recebido pedido de orientações de alguns sindicatos rurais, relatando que produtores rurais têm sido orientados erroneamente pelos bancos a fazer o cancelamento da DAP. Por isso, é importante que os beneficiários do Pronaf tenham ciência da Resolução 4.828 e não se desenquadrem do programa.

“Nas safras anteriores, o produtor ‘Pronafiano’ tinha que se desenquadrar do programa, para pegar créditos no Pronamp. Para isso, tinha que cancelar a DAP, o que o tirava do Pronaf por dez anos”, explica o coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE), Jeffrey Albers. “Talvez por desconhecimento da resolução, alguns bancos têm orientado os produtores a cancelar a DAP. É importante ressaltar

que a nova regra diz que o produtor não precisa se desenquadrar do Pronaf”, destaca.

Sem a DAP, o produtor rural perde o acesso a mais de uma dezena de programas, como Minha Casa, Minha Vida Rural, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

Segundo a nova determinação, o produtor rural não pode tomar financiamento em mais de um dos programas citados, tendo que optar por uma das linhas. “O mutuário que contratar crédito ao amparo do Pronaf fica impedido de contratar crédito ao amparo do Pronamp, e aquele que contratar crédito no Pronamp não poderá contratar crédito ao amparo do Pronaf”, consta da resolução.

MIP entra na era digital no Paraná

Com apoio do SENAR-PR, aplicativo de celular vai facilitar a sistematização e visualização de dados do Manejo Integrado de Pragas no Estado

Por Antonio C. Senkovski



O Manejo Integrado de Pragas (MIP) no Paraná vai entrar em uma nova era. Um aplicativo de celular desenvolvido por alunos e professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) promete revolucionar a maneira de incluir, compilar e visualizar dados das lavouras paranaenses. A ferramenta, que será usada já na safra 2020/21, foi desenvolvida a partir de uma parceria entre a universidade, o SENAR-PR (que custeia, por meio de um convênio, duas bolsas de estudo para alunos da instituição de ensino), o Instituto de Desenvolvimento Rural Iapar Emater (IDR-PR) e a Embrapa Soja.

O SENAR-PR teve um papel decisivo no desenvolvimento da ideia e na criação do *software*. Há quatro anos, a entidade tem no seu catálogo de cursos o título “Inspetor em Manejo Integrado de Pragas em Soja (MIP-Soja)”. Anualmente, centenas de participantes aprendem técnicas de checagem da incidência de insetos nas plantações da oleaginosa. Assim, é possível usar de forma racional os inseticidas, deixando de fazer manejos desnecessários e utilizando os recursos do produtor de forma mais estratégica.

De acordo com Flaviane Medeiros, técnica do Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR, os resultados desse curso têm



“O próprio aplicativo mastiga os dados e os compila em informações, eliminando o processo manual e permitindo a tomada de decisões mais precisa”

Gabriel Silva, professor da UTFPR

Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR, relatam que não precisaram fazer aplicação de inseticida durante a safra. Por outro lado, plantios sem MIP registram, em média, mais de três aplicações, dependendo das variáveis de cada ciclo.

Sucesso virou “problema”

Exatamente com o sucesso do MIP é que surgiu um problema. Com uma alta demanda por parte dos produtores pelos cursos do MIP, o volume de informações a ser processado todos os anos pelas instituições cresceu expressivamente. Para pegar os dados em papel de cada instrutor e colocar numa planilha, separada por propriedade, município e região, havia a necessidade de um esforço grande de tempo dos técnicos envolvidos. Eram necessários meses para se chegar aos números e resultados efetivos que as técnicas do MIP refletiam no campo.

Diante deste impasse, o professor do Departamento de Computação da UTFPR Gabriel Costa Silva, atualmente vinculado ao campus de Cornélio Procópio, viu uma oportunidade. Em 2017, ele ainda trabalhava na UTFPR de Dois Vizinhos (logo depois foi transferido) e foi chamado para uma apresentação do IDR sobre problemas do dia a dia. O objetivo era entender como a universidade poderia usar a instituição como laboratório para desenvolver soluções que ajudassem na prática do campo. Nessa conversa, entrou na pauta o MIP.

“Quando eles falaram do MIP, achei um projeto interessante e me dispus a ajudar. Então fizemos alguns protótipos de como poderia ser um aplicativo que auxiliasse no processo e, no fim do ano passado, já estávamos com uma versão de testes pronta para ser usada”, recorda o professor. “Colocamos em campo essa versão e fomos implementamos sugestões de melhorias até chegarmos na safra atual [2020/21], com uma versão já pronta para substituir as planilhas”, completa.

sido expressivos nos últimos anos. O número de turmas saltou de 18 em 2016/17 para 56 em 2019/20. Ainda, houve queda de pelo menos uma aplicação no número médio em todos os ciclos em área com MIP, comparado com áreas sem MIP. “O MIP tem feito muito sucesso entre os produtores, pois os resultados são visíveis. Inclusive, podem ser constatados na mesma safra em que ele faz o curso e emprega as técnicas aprendidas”, explica Flaviane.

Cabe lembrar que o IDR-PR também faz, com seus extensionistas, um trabalho de monitoramento de pragas, com resultados igualmente expressivos, assim como a Embrapa Soja. Inclusive, produtores, várias vezes tratados em reportagens do

Edivan José Possamai, coordenador estadual do projeto grãos no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), se mostra animado com a novidade. “O que fizemos foi levar uma demanda concreta para a universidade. Isso ajudou a aproximar a academia do setor produtivo. Com esse trabalho consistente, o professor Gabriel tem conseguido abrir caminho para viabilizar bolsas aos estudantes envolvidos diretamente na pesquisa”, conta Possamai.

Além do professor, um aluno de mestrado e oito de graduação foram envolvidos diretamente no trabalho com o aplicativo. Dois deles tiveram bolsas financiadas pelo SENAR-PR, outros quatro com recursos de outras instituições e dois sem bolsas, que usaram o aplicativo (app) como tema de seus trabalhos de conclusão de curso (TCC).

“Esse projeto está sendo fantástico em dois sentidos. O primeiro é por contribuir para resolver um problema real, aplicando conhecimento da universidade na prática. O segundo é o fato dos alunos terem a chance de sentir as dificuldades reais quando se aplicam conceitos que eles aprendem na universidade no mundo concreto”, explica o professor.

Dados em tempo real

Com o uso do aplicativo, os dados serão compilados em tempo real. “Antes, cada instrutor tinha que preencher a planilha do participante. Agora, no app vai estar tudo pronto, basta assinalar as pragas, o número de aplicações, o que foi aplicado. O aplicativo vai facilitar muito a compilação e teremos um relatório em tempo real, o que antes era impossível”, destaca Flaviane Medeiros, do SENAR-PR. “O aplicativo vai melhorar muito a forma como o MIP é conduzido no Estado”, comemora.

O professor Gabriel complementa que será possível ter a visualização de dados de forma instantânea e com diferentes filtros, desde o nível da propriedade até a região e também o Estado como um todo. Os dados vão possibilitar, portanto, verificar como uma propriedade se difere da outra em relação à pressão de pragas e mesmo como a evolução dos problemas ocorre em diferentes regiões. “O próprio app mastiga os dados e os compila em informações, eliminando o processo manual e permitindo a de tomada de decisões mais precisa”, pontua o docente da UTFPR.

Como funciona

No ciclo 2020/21, o aplicativo *manejo.app* estará disponível apenas para instrutores de MIP, tanto para técnicos do SENAR-PR quanto para os do IDR-PR e da Embrapa Soja. Por enquanto, a ferramenta não será disponibilizada para o grande público. A intenção dos desenvolvedores, no entanto, é validar a ferramenta e nas próximas versões pensar em adaptar o aplicativo para uma linguagem acessível também a produtores e trabalhadores rurais.



Batida de pano seguirá sendo feita, mas com ajuda da tecnologia

Era digital também beneficia aulas

Com a pandemia do novo coronavírus, o SENAR-PR suspendeu todos os cursos presenciais como forma de contribuir com as medidas para reduzir a disseminação da doença. A maioria das turmas do MIP-Soja da safra 2019/20 ainda tinha uma aula pendente. Justamente nesse último encontro é apresentado os números finais, para fechamento dos índices de utilização de defensivos nas lavouras e outros dados importantes.

Em Arapoti, no Centro-Oriental paranaense, por iniciativa do Sindicato Rural, o encerramento da turma ocorreu de forma virtual, por videoconferência, no dia 14 de julho. “Foi uma forma de verificarmos o esforço de todo um ciclo para aprender novas técnicas de manejo e perceber que é possível aprimorar sempre nossa forma de produzir, caminhando sempre em direção a ser mais sustentável e ter maior rendimento”, pontua o mobilizador Ismael de Oliveira.

“Temos que aproveitar, sempre que possível, essa tecnologia. Reunir fisicamente todos os envolvidos em cursos com pessoas de cidades diferentes é difícil até para encontrar uma data. Essa modalidade de reunião virtual é bem vantajosa nessa questão e atende muito bem o propósito do curso”, avalia o engenheiro agrônomo Maurício Castanho, participante do MIP no sindicato de Arapoti.



“O MIP tem feito muito sucesso entre os produtores, pois os resultados são visíveis”

Flaviane Medeiros, técnica do Detec do SENAR-PR

Resultado parcial do MIP

Até o momento, o curso do MIP do SENAR-PR encerrou 17 turmas, incluindo a de Arapoti. Foram 56 iniciadas no ciclo 2019/20, com um total de 1.945,43 hectares monitorados. O SENAR-PR, agora, trabalha para marcar o encerramento de maneira remota das 39 turmas restantes, ou pelo menos daquelas que tenham infraestrutura de rede suficiente para fazer o trabalho online. Não haverá, portanto, prejuízo no levantamento de dados, apesar de o cronograma desse ano ter sido prejudicado pela pandemia.

Os dados preliminares das 17 turmas fechadas apontam que a média de dias entre a emergência da planta e a 1ª aplicação de inseticida fechou em 69 dias. A média de aplicação de inseticidas até o momento está em 1,67 nas áreas com MIP. A produtividade média nessas mesmas áreas monitoradas foi de 70 sacas por hectare.

Memória do Campo



Avanço do seguro rural

A proteção das lavouras por meio da gestão de riscos foi o destaque da edição 1182 do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR, publicada em julho de 2012. A matéria apresentava uma série de propostas voltadas à disseminação do seguro rural no país, inclusive com a destinação de mais recursos ao setor agropecuário. Conduzidos pela CNA com a participação ativa da FAEP, estudos mostravam o potencial da gestão de riscos como fator de segurança ao produtor e de garantia da produção.

Na ocasião – há oito anos –, os valores destinados no orçamento federal para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) não eram integralmente executados. Em 2011, por exemplo, o orçamento previa a liberação de R\$ 406 milhões para o seguro rural, mas somente R\$ 164 milhões foram, efetivamente, liberados e usados no programa. Nos anos anteriores, essa dinâmica também ocorreu.

Hoje, a conjuntura é mais favorável. Em 2019, o governo destinou R\$ 1,1 bilhão ao PSR e os recursos foram executados integralmente. Para a safra atual, o governo federal ampliou o programa, que passa a contar com R\$ 1,3 bilhão. Além disso, o Paraná se mantém na liderança da contratação de seguro rural. Atualmente, mais de 40% das apólices assinadas no Brasil são de produtores paranaenses que querem proteger a sua produção.

Curso manejo de solo e água tem inscrições abertas

Voltada para engenheiros agrônomos, agrícolas ou florestais e técnicos agrícolas, formação ajuda na produção de projetos dentro dos parâmetros da legislação da área



O Sistema FAEP/SENAR-PR está com inscrições abertas para o curso “Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas”. A formação gratuita é no sistema semi-presencial, com 11 módulos em Ensino a Distância (EaD) e três presenciais. Estes últimos vão acontecer no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR em Ibiporã, no Norte do Paraná. O curso é voltado para engenheiros agrônomo, agrícola ou florestal e também técnicos agrícolas. Os únicos pré-requisitos são que o participante tenha formação profissional e registro no CREA-PR.

Ao todo, são 300 horas de aula, nas quais o participante tem toda a base teórica e prática de como fazer um projeto de manejo de solo e água de acordo com as legislações que regulamentam o tema. Dessa carga-horária, 228 horas são no formato a distância, por meio do portal de cursos do SENAR-PR (www.senarpr.org.br). As outras 72 horas são divididas em três módulos presenciais. Essas fases serão realizadas no CTA de Ibiporã, com hospedagem e alimentação inclusas. O participante precisa apenas custear seu deslocamento até o local.

Desde a criação em 2016, a formação já abriu 45 turmas em vários municípios espalhados pelo Estado. Nesta

edição, a principal novidade é um encontro de forma digital, com a participação de todos os envolvidos na formação. “O objetivo desse módulo é termos uma interação, para que os tutores, instrutores e participantes possam conversar, trocar experiências e criar vínculos uns com os outros”, destaca Flaviane Medeiros, técnica do SENAR-PR responsável pelo curso.

Outro destaque, segundo Flaviane, é o fato de os tutores do curso, que ajudam os participantes nas fases a distância, terem formação na área de conservação de solos e água. “Esse é mais um diferencial, pois quem tira dúvidas do participante não é apenas alguém que está ali para explicar como se usar a plataforma de ensino. É um profissional altamente capacitado, que pode tirar dúvidas sobre os temas tratados na formação”, destaca.

Conservação no Paraná

O curso do SENAR-PR faz parte de uma série de ações propostas dentro Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo). Aos poucos, com profissionais concluindo a formação, está acontecendo uma verdadeira transformação na maneira como os projetos desse



tipo são apresentados às autoridades responsáveis pela fiscalização. Prova disso é o que vem acontecendo na região de Goioerê, no Noroeste do Paraná, como relata a fiscal de defesa agropecuária Losani Perotti.

Nesses últimos anos, a fiscal agropecuária percebeu uma mudança na região em relação aos projetos que chegam para avaliação. “Aqui na região teve um profissional que fez o curso e os projetos dele mudaram da água para o vinho. Esse profissional, especificamente, além de melhorar projetos, o nível de responsabilidade mudou também. Dá para perceber a importância que ele passou a dar em fazer o trabalho o mais bem feito possível”, compartilha.

Losani trabalha na Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), ou seja, atua diretamente na parte de fiscalização dos projetos. Em 2016, para se atualizar e verificar as novidades que a formação traria, ela mesma passou pela formação. “O conhecimento é aplicado, pois o curso traz ferramentas muito úteis para a rotina do trabalho de conservação de solo, especialmente na execução das práticas mecânicas. A maioria dos profissionais acaba tendo alguma dificuldade quanto a isso, de como usar a teoria lá no campo, para fazer ajuste correto, para ter uma obra adequada a uma determinada condição de campo”, lembra.

“Além da universidade”

Claudio Hoshino, engenheiro agrônomo em Jataizinho, no Norte do Paraná, participou do curso em 2019. Para ele, a formação proporcionou um novo patamar na preparação de projetos de conservação de água e solo. “Vai muito além daquilo que aprendemos na universidade, pois traz um conhecimento mais aprofundado. Os instrutores tiram todas as dúvidas, colocam possíveis cenários diferentes, casos com especificidades para você pensar em como solucionar os problemas existentes. Eu recomendo para todo mundo que trabalha com assistência técnica na agricultura fazer”, indica Hoshino.

Serviço

Curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas

Inscrições: www.senardigital.com

Prazo para inscrições: até 23/08/2020

Carga-horária: 300 horas

(228 horas por EaD e 72 horas presenciais)

Trabalho das Cadecs do Paraná vira referência nacional

Curso do Sistema FAEP/SENAR-PR prepara produtores para negociar com agroindústrias e garante conquistas à categoria



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Foi à mesa de negociação que avicultores integrados de Cianorte, Noroeste do Paraná, e que suinocultores integrados de Carambéi, nos Campos Gerais, obtiveram conquistas importantes, em maio deste ano. No âmbito de suas respectivas Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) e com base em argumentos sólidos, os produtores conseguiram que as agroindústrias reajustassem o valor pago por quilo de animais entregues. Esses são apenas os casos mais recentes.

Mas, nada disso ocorreu por acaso. O Sistema FAEP/SENAR-PR tem participação decisiva nesse avanço na relação de equilíbrio entre produtores e integradores. Desde a Lei da Integração (Lei 13.288/2016 – que instituiu as Cadecs), entende-se a importância das comissões para harmonizar as negociações entre integrados e a agroindústria. Por isso, o Sistema FAEP/SENAR-PR passou a incentivar e a fomentar a criação de Cadec em todas as unidades integradoras, por meio de assessorias técnica e jurídica

contínuas. Mais do que isso, a entidade identificou a necessidade de capacitar os produtores que fariam parte das comissões, para torná-los aptos a negociar de igual para igual com os integradores.

“Os produtores integrados que faziam parte das comissões encontraram, do lado da agroindústria, pessoas bastante capacitadas: gerentes, supervisores e funcionários em constante capacitação. Nós sentimos a demanda de capacitar os produtores para possibilitar que houvesse um equilíbrio de conceito e de competência para que se chegasse a resolução dos impasses. Eles teriam que ter não só argumentos, mas estratégias de negociação e saber como se portar durante o processo”, ressalta o técnico Ruan Schwertner, do Departamento Jurídico do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Para atender a essa demanda, o Sistema FAEP/SENAR-PR criou, por meio do SENAR-PR, um curso de três módulos (noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração; técnicas de negociação; e técnicas de condução e organização

de reuniões) com o objetivo de tornar os produtores membros de Cadec aptos a negociar de igual para igual com a agroindústria. Com esses três pilares, o que se tem visto na prática é os produtores rurais mais preparados para as reuniões e dominando argumentos baseados em dados reais da própria atividade. Em razão disso, os integrados têm acumulado boas conquistas.

“Já em 2018, a partir dos cursos, nós vimos na prática algumas Cadecs melhorando a negociação. Com mais acesso à informação e com o domínio de técnicas, os produtores tiveram mais condições de defender seus argumentos. Com a junção entre acesso a informação e capacitação, os resultados foram aparecendo”, aponta Schwertner.

Desde 2018, os três módulos já tiveram, juntos, 194 participantes aprovados em todo o Paraná. O avicultor Edenilson Carlos Copini, de Toledo, na região Oeste do Paraná, participou de uma das primeiras turmas, em dois módulos (noções jurídicas e técnicas de reunião). Ele aponta que os conhecimentos repassados ao longo das

Capacitação

Centenas de avicultores e suinocultores do Paraná já participaram dos treinamentos voltados para negociação com a agroindústria ofertados pelo SENAR-PR

2018	Turmas	Participantes
Técnicas de negociação	4	33
Técnicas de organização e condução de reuniões	17	111
Total	21	144

2019	Turmas	Participantes
Noções Jurídicas aplicadas aos contratos de integração	1	12
Técnicas de negociação	2	25
Técnicas de organização e condução de reuniões	2	18
Total	5	55

capacitações preparam os produtores membros da Cadec a serem mais efetivos nas negociações com a agroindústria.

“Com as capacitações, tudo ficou mais fácil. Já íamos para as reuniões com uma boa pauta, prazos definidos e com pessoas responsáveis por cada demanda. Com o conhecimento da lei e com foco, ambas as partes conseguem evoluir nas negociações”, diz Copini.

Em razão disso, por meio da Cadec, os produtores já conseguiram vitórias importantes, como negociações bem-sucedidas durante dos dias em que ficaram parados ao longo da greve dos caminhoneiros em 2019, mudança nas metas, participação da indústria no custo dos uniformes e no tratamento e limpeza das camas durante o vazio sanitário e remuneração pelos dias parados além do estabelecido em contrato, entre outras. “Além disso, há uma negociação constante para atualização do preço ou ajuste da tabela, no que a FAEP sempre nos auxilia”, completa Copini.

Coordenador da Cadec de Carambé, o suinocultor Emanuel Nunes Cho-

aire também concluiu dois módulos do curso em 2018. Logo em seguida, os produtores já conseguiram rever pontos básicos na relação com a integradora. A partir do módulo de noções jurídicas, os suinocultores perceberam que no contrato não estava inclusa nem a fórmula de remuneração. “Na revisão do contrato, nós exigimos que essa cláusula estivesse presente. Foi uma coisa primordial, assim como outras cláusulas que foram inclusas”, acrescenta.

Hoje, a relação da Cadec de Carambé com a agroindústria está bem mais harmoniosa. Na última reunião, os produtores conseguiram o reajuste de 8% do valor pago pela integradora aos suinocultores integrados. E a intenção é avançar ainda mais. “A relação com a agroindústria mudou da água para o vinho. Hoje está bem equilibrada, todo mundo expõe suas ideias e chegamos a um equilíbrio”, define Choaire. “Atualmente, a gente formula melhor as pautas da reunião, a partir dos assuntos mais relevantes, e temos sido ouvidos de igual para igual”, acrescenta.

Iniciativa paranaense é modelo nacional

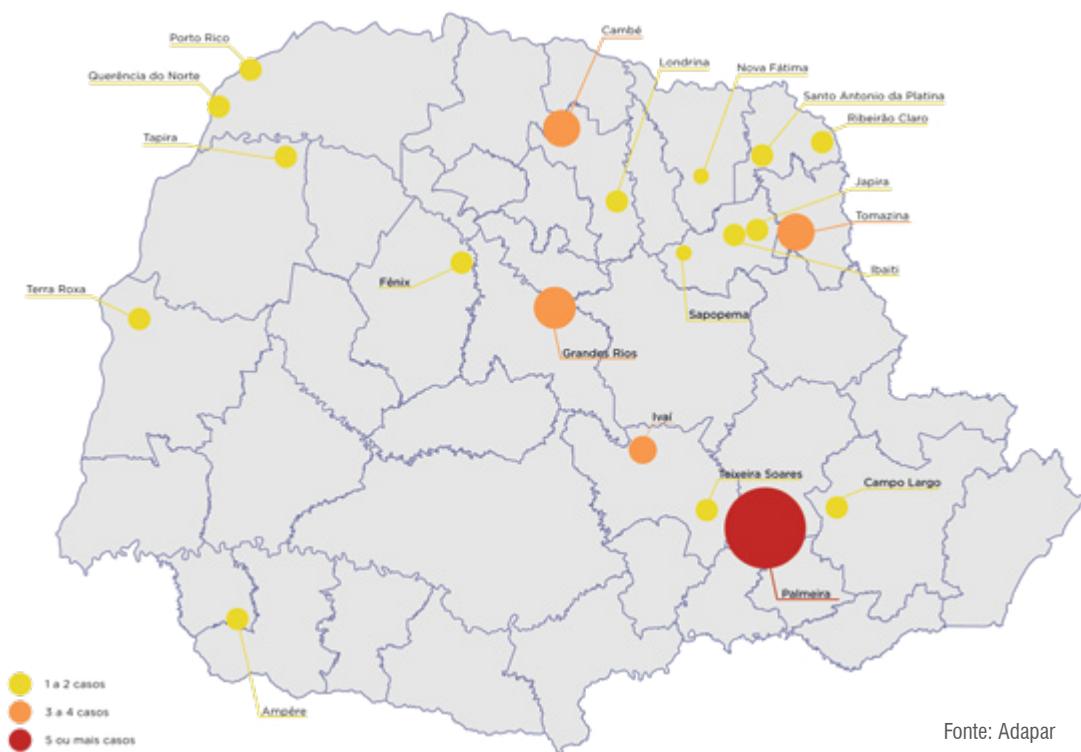
O trabalho para fortalecimento das Cadecs realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR se tornou referência nacional. Inspirado no curso desenvolvido no Estado, o Senar Nacional também implantou um programa de capacitação de produtores que fazem parte de comissões de negociação. Além dos três módulos desenvolvidos no Paraná, a entidade brasileira desenvolveu uma quarta etapa, voltada aos custos de produção.

Além disso, outros Estados importaram os módulos desenvolvidos pelo SENAR-PR. O primeiro deles foi o Mato Grosso. Em novembro de 2018, o advogado Ruan Schwertner foi à sede da Federação da Agricultura do Mato Grosso (Famato), em Cuiabá, para apresentar o modelo de capacitação desenvolvido no Paraná. Posteriormente, outros Estados como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul também implantaram o curso voltado a membros de Cadec, idealizado pelo SENAR-PR.

O Núcleo de Cadecs, viabilizado a partir de iniciativa do Sistema FAEP/SENAR-PR, também serve de referência em todo o país. O grupo reúne membros de todas as comissões do Paraná, para a troca de experiências que deram certo e levar capacitação aos produtores integrados. Apoiado no mesmo conceito, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) lançou o programa Cadec Brasil, com o objetivo de expandir essa atuação, integrando membros de todos os Estados.

Casos de raiva aumentam no Estado

Vacinação do rebanho é a única forma de combater a doença



A confirmação de novos casos de raiva em bovinos e equinos no Paraná acendeu o alerta das autoridades de sanidade animal do Estado. A raiva é uma doença sem cura, transmitida por um vírus que ataca o sistema nervoso dos animais levando-os à morte, podendo ser transmitida para humanos também. Sem tratamento possível, a única forma de combater a doença é vacinando o rebanho.

Em junho, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) emitiu um comunicado aos pecuaristas paranaenses reforçando a necessidade de vacinar o rebanho contra a doença. Até maio, 28 animais haviam testado positivo para a raiva em todo Estado. De lá para cá, outros 15 animais testaram positivo, indicando que a doença não parou de se alastrar.

O vírus é transmitido aos animais pela mordida de morcegos hematófagos

(que se alimentam de sangue) da espécie *Desmodus rotundus*. De acordo com o médico veterinário Ricardo Vieira, coordenador do programa de vigilância e prevenção da raiva da Adapar, a única forma de prevenção ao alcance do pecuarista é a vacina. “Sempre existem casos e vão continuar existindo. Porém, quando o pessoal relaxa um pouco na vacinação, ela volta com força”, avalia.

De acordo com o especialista, a matemática que existe por trás da não vacinação do rebanho não faz sentido. “A vacina é acessível e muito barata. O preço de um boi gordo é de uns R\$ 4 mil, enquanto uma dose da vacina custa apenas R\$ 0,50”, compara Vieira.

Se o animal nunca foi vacinado, ele deve tomar a primeira dose e 30 dias depois a segunda. Posteriormente, deve ser vacinado anualmente. As vacinas são comercializadas em lojas agropecuárias.

Morcegos

Vale lembrar também que os produtores não devem sair pela propriedade caçando morcegos. “Se o produtor suspeitar que em algum lugar da propriedade tem morcegos deve contatar o escritório da Adapar mais próximo. Nossa equipe tem equipamentos e sabe identificar se é o hematófago”, afirma o médico veterinário da Adapar.

A informações sobre a existência de morcegos nas propriedades é outra forma de combater a doença, bem como o reporte de sintomas percebidos nos animais. “Toda vez que tiver um animal caído ou com alterações de comportamento, o produtor deve contatar o posto da Adapar para que o nosso pessoal vá até lá e avalie se esse animal tem raiva”, explica Vieira.

“De vilões a heróis”, queijos puxam valor de referência do leite

Com a valorização dos derivados, produto tem seu maior valor de referência para um mês de junho, desde o início da série histórica

Após terem chegado ao menor patamar de preço do ano em maio, os queijos tiveram uma valorização acentuada ao longo dos últimos 40 dias e puxaram o valor de referência do preço no mercado paranaense. O principal destaque foi o muçarela, cujo preço médio aumentou 47,5% do início de maio a 7 de julho, chegando ao seu segundo maior patamar em dez anos. Os dados foram apresentados em reunião virtual do Conselho Paritário Produtores/Indústria do Paraná (Conseleite-PR), realizada no dia 21 de julho.

Além do muçarela, outros queijos também tiveram valorização expressi-

va. De maio ao primeiro decêndio de julho, o preço do queijo prato avançou 33,4% e o do provolone, 14,1%. Parmesão e requeijão tiveram oscilação positiva de 4,8% e 5,6%, respectivamente. Outro ponto que demonstra a força momentânea dos queijos é a relação com o leite UHT. Na média histórica, um quilo de muçarela, por exemplo, corresponde ao preço de sete litros de UHT. Em março, a relação estava inferior a seis. Com a valorização, um quilo da muçarela passou a corresponder a 8,5 litros de UHT.

A última vez que o preço dos queijos teve uma alta tão acentuada em um período curto foi em julho de 2016. Na

ocasião, após a valorização súbita, os preços também despencaram rapidamente nos meses seguintes.

Com a exceção de alguns derivados, como iogurte e doce de leite, que se mantiveram estáveis, os outros produtos também tiveram oscilação positiva – embora em variação não tão expressiva quanto a dos queijos. Apesar do mercado aquecido, o setor deve adotar um tom de prudência. “Embora o cenário aponte para preços favoráveis, a situação conjuntural aconselha termos cautela em função das incertezas econômicas, sociais e de mercado, em função da pandemia”, disse o vice-presidente do Conseleite-PR, Ronei Volpi.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MAIO/2020 e JUNHO/2020

Matéria-prima	Valores finais em Maio/2020	Valores finais em Junho/2020	Variação (Junho - Maio)	
	(leite entregue em Maio a ser pago em Junho)	(leite entregue em Junho a ser pago em Julho)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,3046	1,5975	0,2929	22,45%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JUNHO/2020 e JULHO/2020

Matéria-prima	Valores projetados Junho/2020	Valores projetados Julho/2020	Variação (Julho - Junho)	
	(leite entregue em Junho a ser pago em Julho)	(leite entregue em Julho a ser pago em Agosto)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,5155	1,6986	0,1831	12,08%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de julho de 2020 é de **R\$ 2,6085/litro.**

Em função da atualização dos parâmetros técnicos utilizados para os cálculos do valor de referência, a partir de janeiro de 2020, somente são publicados os valores atualizados.

A taça do mundo é (era) nossa

Após o tricampeonato no México, em 1970, Brasil conquistou o direito de levar a Taça Jules Rimet para casa. Mas o célebre troféu foi roubado e derretido 13 anos depois

Aos 42 minutos do segundo tempo, Pelé recebeu a bola a alguns metros da entrada da área. O camisa 10 da Seleção Brasileira atraiu a marcação dos defensores italianos e passou na direita, para Carlos Alberto Torres, que livre de marcação, vinha em velocidade. O capitão da Seleção Canarinho disparou um petardo de perna direita, estufando as redes do goleiro Enrico Albertosi.

Era o gol do título. O Brasil batia a Itália por 4 a 1, sagrando-se tricampeão mundial de futebol, para delírio dos milhares de torcedores que lotavam o Estádio Azteca, em Guadalajara, no México. Com a conquista, levávamos para casa e de maneira definitiva a Taça Jules Rimet.

Maior símbolo do futebol, a taça foi criada por ocasião da primeira edição da Copa do Mundo, realizada no Uruguai, em 1930. Idealizada pelo então presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Jules Rimet, o troféu tinha, no entanto, outro nome: Taça da Copa do Mundo. Conforme as regras, o caneco teria posse transitória, ou seja, permaneceria com o país vencedor do torneio até a próxima edição. Por sugestão do próprio Rimet, a seleção que ganhasse três copas ficaria com a taça de forma definitiva. O presidente da Fifa considerava praticamente impossível que um país viesse a se tornar tricampeão do mundial.

Esculpida pelo artesão francês Abel Lafleur, a taça media 30 centímetros de altura e tinha 3,8 quilos de ouro puro, com custo estimado em 50 mil francos (em valores da época). O troféu reproduzia a imagem de Nice, deusa grega da vitória, com asas estilizadas e braços levantados, segurando uma copa em formato octogonal. A imagem ficava sobre uma base de mármore, na qual, a cada edição da Copa do Mundo, era afixada uma placa metálica com o nome do vencedor. Em julho de 1946, um congresso da Fifa decidiu mudar o nome do símbolo máximo do torneio, homenageando seu idealizador. Assim, o troféu passou a se chamar Taça Jules Rimet.

O primeiro a ter a honra de acolher a legendária taça não foi um jogador, mas um dirigente. Após o Uruguai ter batido a Argentina por 4 a 2, o presidente da Asociación Uruguaya de Fútbol (AUF), Raúl Jude, recebeu o caneco das mãos de Jules Rimet.

O Brasil só colocaria as mãos no troféu pela primeira em 1958, após a seleção derrotar a Suécia por 5 a 2, com direito a dois gols do jovem Pelé, que tinha, então, 17 anos. Coube ao capitão Bellini receber a Jules Rimet e, a pedido dos fotógrafos, eternizar o gesto que se tornaria uma tradição: ele levantou a taça com as duas mãos acima da cabeça, para que todos pudessem





vê-la. Em 1962, o privilégio coube a Mauro, logo após o Brasil ter vencido a Tchecoslováquia por 3 a 1, em uma copa em que Garrincha brilhou.

Com o tricampeonato de 1970, a Jules Rimet passou a ficar exibida permanentemente no nono andar do prédio da CBF, no Rio de Janeiro, protegida apenas por uma cúpula de vidro blindado.

Na noite de 19 de dezembro de 1983, o troféu foi roubado por dois ladrões mascarados que invadiram a sede da entidade e renderam o vigia. Os bandidos usaram um pé-de-cabra para romper o vidro. Além da Jules Rimet, também foram levados outros três troféus de ouro: a Taça da Independência, a Equitativa e a Jurrrito.

Após as investigações, quatro acusados foram condenados: Sérgio Pereira Ayres, considerado o articulador do crime e que tinha acesso ao prédio da CBF, por ser representante do Atlético Mineiro; Francisco José Rocha Rivera, o “Chico Barbudo”; José Luiz Vieira da Silva, o “Luiz Bigode”; e o ourives argentino Juan Carlos Hernandez. Após a condenação, todos fugiram, mas, posteriormente, acabaram presos – com a exceção de Chico Barbudo, que foi assassinado. O maior símbolo da Copa, no entanto, havia sido derretido e transformado em peças de ouro.

Menor tarifa e mais obras: futuro do pedágio no PR

Proposta para novas concessões das rodovias prevê redução do preço cobrado dos motoristas, ampliação do Anel de Integração e inovações para os usuários

Por Bruna Fioroni

Em novembro de 2021 chega ao fim a vigência dos contratos de concessão das rodovias que atravessam o Paraná. Com isso, os governos estadual e federal se preparam para, lançar a proposta que vai dar forma às futuras concessões a serem licitadas para a iniciativa privada no ano que vem. A elaboração do novo modelo de pedágio vem sendo acompanhada por diversos setores, para que não se repitam os problemas ocorridos ao longo dos contratos firmados na década de 1990.

Após mais de 20 anos de um pedágio a preços altos, além de mudanças nos contratos que permitiram o adiamento e exclusão de obras previstas, o governo estadual promete concessões mais transparentes, priorizando menor tarifa e mais investimento em obras.

“Os pontos principais são a redução considerável das tarifas de pedágio cobradas hoje, a realização de obras de modernização das estradas nos primeiros anos do contrato e o leilão dos lotes realizado na Bolsa de Valores, para atrair mais ofertas e garantir transparência. Estão sendo estudadas

implementações novas em todas as regiões do Estado e um modelo de licitação que contemple obras fundamentais para o setor produtivo e a segurança dos usuários, além de desonerar os bolsos dos paranaenses”, afirma o secretário-chefe da Casa Civil, Guto Silva.

O projeto para as novas concessões das estradas paranaenses está sob a gestão do governo federal, junto à administração estadual. O trabalho, incluindo estudos de levantamento da malha rodoviária e elaboração da nova modelagem, está a cargo da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), estatal da União, em parceria com o Internacional Finance Corporation (IFC), braço de investimentos do Banco Mundial no setor privado. O investimento para o desenvolvimento do projeto é de R\$ 60 milhões.

O novo edital, ainda em construção, será entregue para o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para análise e eventuais ajustes antes de ser levado às audiências públicas e, posteriormente, encaminhado



ao Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SEIL), o governo federal deve receber o projeto finalizado neste mês de agosto.

“Desde o ano passado, nós estamos debruçados sobre esse novo momento do pedágio do Paraná. Os paranaenses sofreram muito ao longo das últimas décadas, e não vamos repetir os erros. Então, o intuito é fazer o melhor, principalmente para o usuário”, destaca o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex.

Novas concessões, mais investimentos

O Paraná terá o maior pacote de concessões de rodovias do Brasil. Segundo o Ministério da Infraestrutura, o projeto inédito em termos de investimentos será uma concessão-modelo para o restante do país. Até o momento, serão cerca de 3,8 mil quilômetros de estradas pedagiadas, 1,3 mil quilômetros a mais do que hoje. Deste novo traçado, 2,4 mil quilômetros passarão por obras de duplicação.

A inserção dos novos trechos vai possibilitar a criação de corredores rodoviários em formato de mosaico, integrando as regiões produtivas do Estado e facilitando o escoamento de produtos. Além disso, a modernização da infraestrutura das rodovias promete trazer mais segurança para o usuário e resultar em um transporte menos oneroso para o setor produtivo.

Além das principais estradas atualmente pedagiadas, como BR-277, BR-369, BR-376 e BR-373, as novas concessões vão incluir trechos nas rodovias BR-153, ligando o Norte Pioneiro aos Campos Gerais, BR-163, na região Oeste, PR-323, no Noroeste, PR-280, no Sudoeste, PR-092, no Norte Pioneiro, e PR-445, no Norte (veja no gráfico da página 20). O projeto também inclui

trechos menores, como os contornos de Londrina, Ponta Grossa e Cascavel. A previsão é que o total será dividido em oito lotes (atualmente são seis), mas o número ainda não foi confirmado.

O novo traçado do Anel de Integração incorpora ao desenho original importantes trechos de rodovias estaduais, como a PR-323 e a PR-280, estabelecendo elos de Guaíra a Maringá e a União da Vitória. No Norte Pioneiro, a PR-092 vai estruturar uma ligação entre a BR-153 e a PR-151, passando por Jaguaíva. A PR-445, na região Norte, foi adicionada por último à nova proposta e vai ligar Mauá da Serra a Londrina.

Já em relação às rodovias federais, os novos trechos que serão concessionados abrangem parte da região Norte do Estado que compreende a BR-153, conhecida como Transbrasiliana, e a BR-163, no Oeste. A duplicação de toda a extensão paranaense da BR-277 foi colocada como uma das prioridades pelo governo estadual.

A proposta inicial do governo do Paraná era que, ainda, fossem adicionadas outras rodovias estaduais, como a PR-460 e a PR-466, em direção à BR-487, que liga Campo Mourão a um setor produtivo central do Estado, abrangendo os municípios de Turvo e Pitanga. Outros trechos seriam a BR-476, a chamada Estrada da Ribeira, na ligação entre Curitiba e Adrianópolis, no Sudeste, e a porção da região Sul que compreende a Transbrasiliana, no trecho entre Imbituva e Paulo Frontin. Estes foram excluídos do projeto devido à inviabilidade identificada nos estudos, o que significaria um pedágio muito alto para a operação de concessão. “O que nós queremos é que o conjunto de tarifas não apresente muita disparidade entre os lotes. Nós temos que ter uma homogeneidade no pedágio”, justifica Alex.



ATUALIZAÇÃO

Apesar da exclusão, segundo o secretário, tais rodovias não deixarão de receber investimentos por parte do governo estadual. “A região de Campo Mourão é sempre citada pela FAEP por ser extremamente produtiva. A economia das demais vai gerar recursos para que o Estado duplique e amplie a capacidade desses e de outros trechos”, garante.

A duplicação do trecho de Turvo a Pitanga (PR-466), por exemplo, está com edital de licitação em andamento. A Rodovia do Frango, que compreende trechos das BR-476, BR-153, BR-282 e BR-480, na região Sul do Estado, também chegou a entrar na discussão, mas é objeto de uma concessão feita à parte pelo governo federal junto aos trechos que abrangem Santa Catarina.

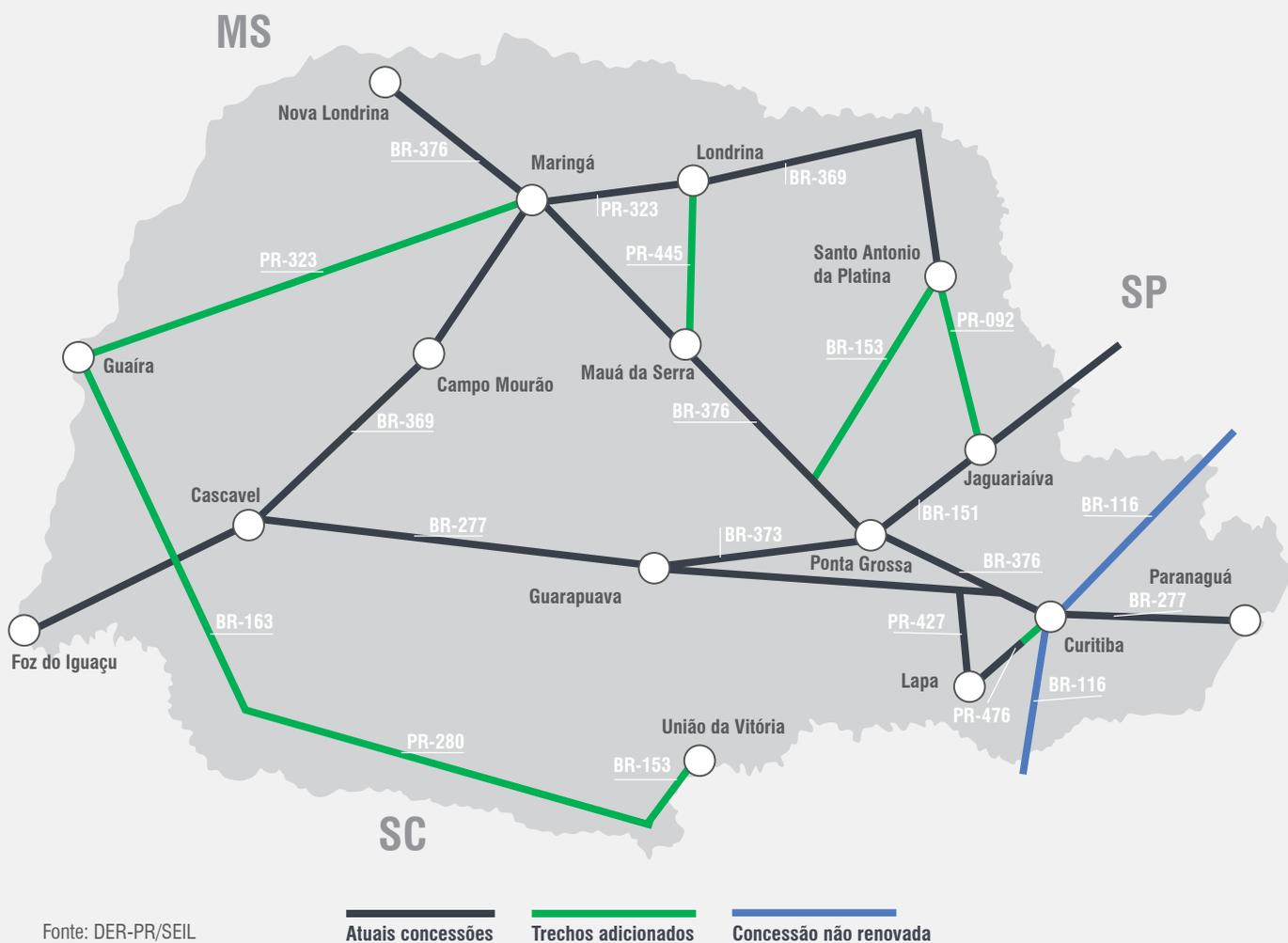
Redução da tarifa

Uma das decisões mais aguardadas sobre a nova modelagem das concessões é o valor do pedágio. O governador do Paraná Carlos Massa Junior anunciou, ainda no ano passado, que a redução de pelo menos 50% da tarifa seria uma exigência da administração estadual. O secretário de Infraestrutura alega que não é possível confirmar o percentual de redução enquanto o projeto não for finalizado, mas assegura que o governo está envolvido nas discussões para que o usuário seja beneficiado com um valor justo.

Hoje, o valor médio da tarifa de pedágio a cada 100 quilômetros na categoria de veículos leves é de R\$ 14,48, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná

Pedágio no Paraná

Veja no mapa as rodovias concessionadas atualmente e as que foram incluídas no pacote para os novos contratos. Todas serão licitadas em 2021



(Agepar). O valor mais alto é cobrado na região Norte Pioneiro, que compreende a PR-323, BR-369 e BR-153, com uma média de R\$ 22,80 a cada 100 quilômetros.

Para carretas com seis eixos, por exemplo, o valor ultrapassa os R\$ 80 em algumas praças de pedágio. Na BR-277, rodovia com alto fluxo de cargas em direção ao Porto de Paranaguá, o valor pode chegar a R\$ 90,60. O presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Nelson Paludo, enfatiza a insatisfação dos produtores da região Oeste com os valores de pedágio e a falta de pistas duplicadas.

“Estamos há anos pagando esse preço absurdo que impacta na rentabilidade do produtor. Hoje, um caminhão grande para ir até Paranaguá [de Toledo] gasta R\$ 1,2 mil só de pedágio [ida e volta]”, aponta Paludo.

Já o presidente da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, Remy Gerardi, ratifica as reclamações dos produtores sobre a incompatibilidade do valor da tarifa com as obras realizadas nas rodovias. “Foram vários aditivos para aumento do valor do pedágio, mas as melhorias não foram efetuadas. Eu sou favorável ao pedágio, desde que os preços sejam justos”, menciona.

A PR-280, importante rota de escoamento da produção do Sudoeste, também é alvo de reivindicações, principalmente em relação à pavimentação, visto que esta ainda não é pedagiada. “Está intransitável”, resume o suinocultor. “Essa rodovia tem uma demanda muito grande por causa da alta produção de grãos e carnes da região. Nós só vivemos com tapa-buraco. Isso acaba ocasionando desperdício no transporte, manutenção dos caminhões e frete caro”, elenca.

Agro defende redução da tarifa e obras imediatas

A redução de 50% do valor do pedágio é amplamente defendida pelo setor produtivo. Mas, para o consultor de logística da FAEP, Nilson Hanke Camargo, é importante que haja um diálogo aberto entre as entidades. “A grande vantagem desse processo é que, embora esteja sendo feito pelo governo federal, eles estão a par das nossas dificuldades e têm se mostrado muito solícitos e flexíveis com a apresentação de propostas”, afirma. Segundo Camargo, o pedido da FAEP é que o valor médio da tarifa não ultrapasse os R\$ 8 (com base na categoria de veículos leves) e que as obras sejam realizadas nos primeiros anos do contrato.

A escolha do modelo de licitação será fundamental para a definição dos futuros preços. O governo estadual, assim como a FAEP, é a favor do modelo de menor preço, em que a empresa que oferecer a tarifa de pedágio mais baixa ganha a concessão. Mas o governo federal tem defendido o uso de modelo híbrido, em que se estabelece um limite de desconto a ser dado na tarifa e a licitação é decidida por maior outorga.

O argumento da FAEP contra a inclusão de outorga é o receio de que, eventualmente, os preços tenham que ser reajustados no decorrer do contrato para suprir o caixa das concessionárias que pagaram a outorga. Já a preferência do governo federal pelo modelo híbrido é baseada na justificativa de que, no menor preço, existe o risco de inviabilidade das obras previstas por falta de recursos.

Segundo o engenheiro civil Antonio José Correia Ribas, ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem

do Paraná (DER-PR) e ex-diretor-presidente da Agepar, um dos aspectos que deve incidir diretamente na redução da tarifa é a Taxa Interna de Retorno (TIR), cujo percentual foi fixado em 8,47% – menos da metade do que é praticado nos atuais contratos.

“Em termos simples, a TIR é uma taxa de juros que a concessionária cobra para fazer investimentos antes para receber depois. Nessa primeira concessão, essa taxa foi muito alta porque as condições econômicas do país, na época, eram muito diferentes. Nós tínhamos uma taxa de juros de mercado altíssima, que chegou a 45% ao ano. Então, se colocou uma taxa de retorno de 20%, que se julgava, naquela época, um valor razoável. Agora a realidade é outra”, explica.

A extensão do prazo de contrato para 30 anos (hoje são 25 anos) também é favorável, já que as concessionárias terão mais tempo para diluir os custos. No entanto, Ribas alerta para a expectativa de 50% da redução. A exigência de realização de obras no início do contrato – segundo o governo estadual, prioritariamente do terceiro ao sétimo ano – pode impactar essa tarifa.

“Alguns fatores são desfavoráveis, como fazer investimentos antes, muitas obras de duplicações e a inclusão de estradas que têm menos tráfego. Então tem que trabalhar em cima de uma tarifa que seja aceitável para o momento e ver o que cabe nisso. Esse é o grande desafio”, argumenta Ribas.

Quanto aos impactos no agronegócio, o especialista avalia que, mais que apenas um pedágio barato, a necessidade atual é a estruturação de uma malha rodoviária de qualidade para as necessidades do setor.



Confira as políticas tarifárias que serão atribuídas às concessões como forma de oferecer descontos a determinados grupos:

- O sistema *free flow*, uma espécie de pedágio aberto, permite a cobrança eletrônica de uma tarifa proporcional à quilometragem percorrida por meio de pórticos instalados nas rodovias, que substituiriam as tradicionais praças de pedágio. Os veículos são identificados mediante o uso de etiquetas de identificação por rádio frequência e gravação de imagens;

- Diferenciação de tarifas por capacidade, ou seja, tarifas menores para pistas simples, de forma que somente após a obra finalizada a concessionária poderia cobrar a tarifa completa. Com isso, existe a perspectiva de um pedágio progressivo, caso, ao longo dos anos, seja identificada a necessidade de duplicação de um trecho onde não havia previsão em contrato;

- Desconto gradativo para os usuários frequentes e desconto básico para aqueles que fazem uso da *tag* (cobrança automática) seria mais uma alternativa para reduzir a tarifa. A princípio, esses descontos somente se aplicariam para veículos leves.

Investimentos precisam acompanhar expansão do campo

Para o secretário-chefe da Casa Civil, Guto Silva, a remodelagem, ampliação e modernização da infraestrutura das rodovias do Paraná é vital para a economia. “Esta foi a estratégia definida pelo governador desde o início da gestão, para atrair investimentos e o agronegócio paranaense ocupar mercados internacionais. O plano é oferecer condições de escoamento que acompanhem a expansão do setor, que dobra de tamanho a cada 10 anos”, destaca.

Além das pavimentações e duplicações, as rodovias que cortam o Paraná terão uma infraestrutura mais moderna e com inovações nos serviços prestados. Em termos de segurança, uma das novidades discutidas é a adoção do método iRap (sigla para International Road Assessment Program – em português, Programa Internacional de Avaliação Rodoviária). Neste sistema de classificação, as rodovias serão inspecionadas em relação ao nível de risco de acidentes, permitindo o desenvolvimento de planos de intervenção. Ainda, as estradas serão iluminadas com lâmpadas de LED, o que proporciona maior conforto e visibilidade, além de cobertura Wi-Fi em toda sua extensão.

Em relação à regulamentação das concessões, as empresas serão avaliadas por meio da implementação de um ranking de performance. Os contratos também deverão ser revisados a cada cinco anos para eventuais inclusões de obras e serviços. Nesse aspecto, a Agepar terá um papel fundamental para garantir a execução de serviços de qualidade e preços justos. De acordo com Silva, a reestruturação do órgão, aprovada este ano na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), será de suma importância para melhorar a fiscalização dos contratos. Além de reforço do corpo técnico, também foi alterada sua natureza jurídica para adequá-la ao que dispõe a Lei Federal das Agências Reguladoras, atualizada no ano passado, e a recente Lei Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), a mais moderna do país, aprovada e sancionada em 2019.

Irmãos trocam a construção civil pela produção de morango

Sem conhecimento prévio do ofício, cursos do SENAR-PR foram decisivos para a nova atividade



Jovens decidiram se especializar na produção rural

O jovem Carlos Eduardo dos Santos de Miranda, 23 anos, e o irmão Wesley dos Santos, 19 anos, transformaram suas vidas depois dos cursos do SENAR-PR. Para ajudar nas despesas de casa, a dupla trabalhava na construção civil, junto ao pai, no município de Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Nos momentos de lazer, os irmãos aproveitavam a chácara da família, na zona rural.

Então, a dupla começou a pensar no que poderia fazer para utilizar melhor o espaço para ganhar uma renda extra. O fato de a chácara ser pequena, cerca de 2 hectares, pesava na decisão. Porém, bastou identificar a vocação do município, voltado para a produção de morangos, para encontrar na cultura uma oportunidade de negócio.

A partir daí, em 2018, decidiram se especializar por meio dos cursos do SENAR-PR, como “Trabalhador no cultivo de espécies frutíferas rasteiras – morangueiro – cultivo em substrato”, “Olericultura – cultivo hidropônico”, “Olericultura – cultivo em ambiente protegido”, “Olericultura – implantação de boas práticas agrícolas na hortifruticultura” e “Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – NR 31.8”.

“Nós trabalhávamos em obra há três anos e não tínhamos nenhuma experiência como produtores rurais. A produção de morango foi uma novidade. Hoje vemos o que nós aprendemos sendo colocado em prática e dando excelentes resultados. Conseguimos ter um produto de qualidade e, ao mesmo tempo, de baixo custo”, conta Carlos, que, ao lado do irmão, fez da produção de morango sua única renda.

Multiuso

Neste cenário de mudança de ofício, a experiência na construção civil veio a calhar no processo de transição. A casa de embalagens, por exemplo, requisito obrigatório para a implantação das boas práticas agrícolas, foi inteiramente construída pela dupla. “O custo ficou bem baixo. Fizemos um local com um bom espaço, que está suprimindo todas as nossas necessidades em questão de embalagens”, aponta Carlos. Os irmãos também auxiliaram na construção das bancadas e até mesmo da estufa.

Atualmente, a propriedade possui sete mil pés de morango, com a produção anual na casa das sete toneladas. O próximo passo da dupla é investir na Produção Integrada de Morango (PIMO), uma alternativa ao sistema convencional, com foco no uso racional na aplicação de defensivos químicos e promoção da sustentabilidade.

“A cada dia que passa os consumidores de morango ficam mais exigentes e, com isso, podemos nos aperfeiçoar ainda mais nesta área e ter um diferencial”, destaca o irmão mais velho. “A mudança para a vida no meio rural foi grande, mas nós gostamos. Temos mais tranquilidade de vida, mais sossego, e agora fazemos nosso próprio horário de trabalho”, finaliza.

Mais cogumelo no prato e nas lavouras

Cultura se adapta a modelos de produção diversos e ganha espaço no Paraná, segundo maior produtor do alimento no país

Por Antonio C. Senkovski



Mais comercializado, cogumelo Paris é o carro-chefe da fungicultura do Brasil

No prato do brasileiro e nas gôndolas dos supermercados, os cogumelos vêm sendo presença cada vez mais frequente. Até os anos 2000, o consumo médio por pessoa não passava das 30 gramas por ano, de acordo com dados da Associação Nacional dos Produtores de Cogumelos (ANPC). Hoje, essa quantidade já passa das 150 gramas. E considerando o apetite pelo alimento de outras nações – como as europeias, que consomem mais de 2 quilos por habitante/ano –, a tendência é de que a demanda siga em ritmo acelerado por aqui.

Se o cogumelo está mais presente no prato, precisa também ocupar mais espaço nas lavouras. Historicamente, São Paulo é o maior produtor do fungo no Brasil. Mas o produto vem ganhando espaço no arranjo produtivo paranaense como alternativa de renda. Hoje, o Estado figura na segunda colocação nacional, cujos maiores polos produtores ficam na Região Metropolitana de Curitiba e nos Campos Gerais.

A ANPC revela que apesar de estar cada vez mais profissionalizado, o setor ainda carece de números exatos, fundamentais para calibrar as políticas públicas na área. A estimativa da Associação é de que haja produção de pouco mais de 12 mil toneladas do produto por ano, o que movimenta algo em torno de R\$ 60 milhões e gera mais de 3 mil empregos em todo o Brasil. Mas, como a projeção considera dados de 2012, do levantamento mais recente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor deve ter um peso maior na economia nacional.

Modelos coexistem

Boa parte desse crescimento, notado principalmente pela oferta e demanda dos cogumelos em feiras, mercados e restaurantes, ocorre porque o cultivo é de certa forma democrático. Assim como cogumelos são versáteis na hora de cozinhar,

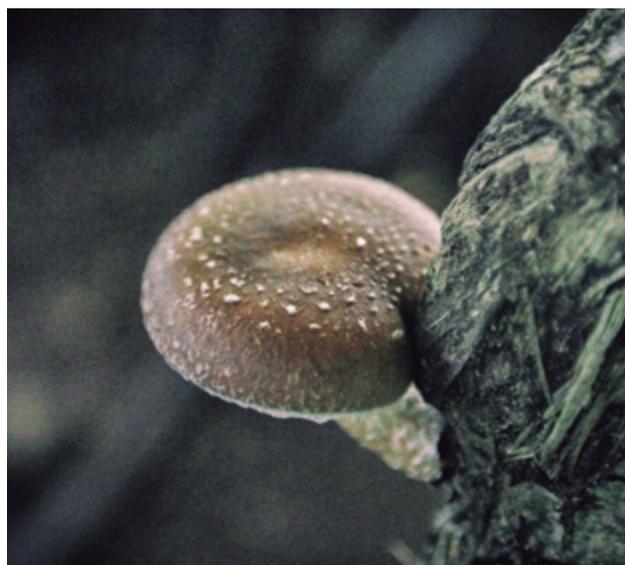
Tipos mais comuns de cogumelos comestíveis comercializados



Porto Belo



Shimeji (cogumelo ostra)



Shitake

estando presente em massas, molhos e até mesmo como pratos principais, na hora de manejar a cultura também há espaço para a coexistência de diversos modelos de negócio.

Marcos Aurélio Lourenço, de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), por exemplo, construiu uma estrutura pequena para começar a produzir cogumelo paris em menor quantidade. “Eu trabalhava na indústria metalúrgica e saí da empresa em outubro do ano passado. Fazia tempo que tinha essa ideia de produzir cogumelos, mas não colocava em prática por falta de tempo”, diz.

Lourenço visitou alguns produtores em Tijucas do Sul, também na RMC, e embasou seu projeto nessas estruturas. “Eu já tinha o barracão e fiz algumas adaptações, como uma sala para ar condicionado e um espaço para embalagem. A produção deve resultar em mais ou menos uns 800 quilos por mês e faturamento aproximado de R\$ 8 mil por mês”, projeta o produtor.

Já em Castro, nos Campos Gerais, Euti Jan Lohman Filho está há três anos com um modelo de negócio escalável, no qual produz quase 20 mil bandejas de cogumelos paris e porto belo por semana. Para isso, se inspirou em modelos de negócio europeus. O investimento até agora já ultrapassa os R\$ 2,5 milhões.

“Na minha avaliação, no ramo de cogumelos, ou o produtor é pequeno e fica no mercado mais em volta, numa comercialização doméstica, ou tem escala para ir para fora e expandir, o que não é barato. O investimento para quem opta por escala é alto e há inúmeras dificuldades até se conseguir abrir mercado”, analisa Lohman Filho.

O produtor dos Campos Gerais entrega seus produtos diretamente a grandes redes de supermercados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Ao todo, mantém 28 pessoas trabalhando diretamente, pois a cultura envolve muitos procedimentos manuais.

“Nós temos uma capacidade de aumentar em torno de 40% a produção e, para isso, vamos precisar chegar a mais 50 funcionários. À medida que vamos conseguindo novos mercados, ampliamos a produção. Como temos toda uma cadeia de frios, tem que ter adequação das redes varejistas em uma série de quesitos para termos um produto que tenha uma vida útil interessante”, revela.

Aposta na diversificação

Já a engenheira agrônoma Mirian Yamashita aposta na diversificação, a ponto de produzir sete tipos de cogumelos em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba: Shitake, Shimeji, Shimeji Branco, Amarelo, Cogumelo Salmão, Champignon e Porto Belo. O negócio começou com o pai, nos anos 1980, um imigrante japonês que se fixou na região.

De lá para cá, a empresa participou da evolução do mercado, que era praticamente inexistente naquela época, e hoje vem ganhando cada vez mais espaço. “No início, meu pai vendia no Mercado Municipal de Curitiba e os consumidores olhavam com cara feia para o produto, pois ainda não fazia parte do cardápio dos brasileiros”, conta.

Hoje, a realidade é bem diferente. Os cogumelos de Mirian, produzidos em dezenas de estufas que se espalham pela chácara em sistemas diferentes de produção para cada variedade, chegam em praticamente todas as grandes redes de supermercados do Paraná e Santa Catarina. “Desde que comecei a trabalhar com cogumelos, nunca tive uma bandeja que não foi vendida. Pelo contrário, se eu tivesse mais produção teria demanda suficiente para absorver”, revela.



Mirian Yamashita produz sete tipos de cogumelos, em São José dos Pinhais



Arailde Fontes Urben, da Embrapa de Brasília



Cogumelo Salmão é um dos tipos mais procurados



Entrada chinesa exigiu uma mudança no setor nacional

Até os anos 2010, o consumo do produto se dava, sobretudo, em conservas. Com a entrada de marcas chinesas no mercado brasileiro, com preços mais baixos até mesmo que o custo de produção no Brasil na época, esse mercado de conservas ficou praticamente inviável. Isso forçou muitos produtores a mudarem de ramo ou então passarem ao setor de cogumelos frescos.

Isso ocorreu com Euti Lohman, dos Campos Gerais, que precisou reestruturar o seu negócio. “Até cerca de cinco anos atrás, dificilmente se achava cogumelos frescos nos mercados. Hoje, tem pelo menos cinco ou seis tipos. O interesse por parte do consumidor é maior também por conta da busca por uma alimentação mais saudável. Isso fez uma grande diferença na demanda. Está mudando a cara do cogumelo no Brasil. Apesar de que ainda é algo pequeno, com espaço para crescer”, projeta Lohman.

Outro sintoma claro de que o interesse pela produção de cogumelos vem ganhando espaço está na busca por qualificação. Ainda são poucos os cursos nessa área.

“Organizei o primeiro curso em 1995, sem laboratório. Hoje, já foram 53 cursos, mais de 1,7 mil alunos, e quatro livros publicados”, revela a pesquisadora Arailde Fontes Urben, na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília.

Arailde acredita que a tendência é de o mercado seguir em crescimento no país, principalmente com a maior demanda por alimentos saudáveis. “O cogumelo é rico em proteínas e vitaminas, além de minerais, fósforo e potássio. Ainda, todo cogumelo tem, em maior ou menor medida, propriedades farmacológicas. Além de uma fonte alternativa de renda para pequenas propriedades rurais, considerando os benefícios diretos”, pontua.

Além dos cursos, Arailde também coordena pesquisas em várias frentes na produção de cogumelos. “Hoje, tenho um banco genético de cogumelos que abriga quase 600 espécies e linhagens diferentes”, conta.

Cursos

Os interessados no curso da Embrapa, podem obter mais informações por meio do email cenargen.cursos@embrapa.br. Outro curso disponível é ministrado pela produtora Miriam Yamashita, na sua propriedade, em São José dos Pinhais. Para mais informações, basta procurar a página da empresa no Facebook, “Cogumelos Yamashita”. Há também outros cursos à disposição. Basta fazer uma busca na internet.

Normativas internacionais

O Mapa publicou, no dia 15 de julho, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa (IN) 48 que aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa), conforme estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). A medida é uma atualização dos atos normativos aos novos conceitos internacionais, prevista no cronograma do Pnefa para o avanço do *status* sanitário do país para livre de febre aftosa sem vacinação. A IN entra em vigor no dia 3 de agosto.



Treinamento sobre arrendamento

Nos dias 22 e 24 de julho, colaboradores de sindicatos rurais do Paraná participaram de treinamentos de atualização sobre contratos de arrendamento de imóveis rurais. A capacitação promovida pela FAEP por meio de videoconferências reuniu 116 funcionários e dirigentes de 95 sindicatos rurais, divididos em quatro turmas. O objetivo do treinamento foi instruir os colaboradores e elucidar dúvidas em relação à elaboração de contratos de arrendamentos rurais, para que o atendimento aos produtores que buscam o auxílio dos sindicatos seja ainda mais assertivo.

Ficafé virtual

A edição 2020 da Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé) será realizada de maneira virtual, atendendo à necessidade de isolamento social imposta pela pandemia do novo coronavírus. Na versão remota, a feira irá manter suas principais características, mas também incluirá outros segmentos como fruticultura e a avicultura. A organização do evento está desenvolvendo uma plataforma digital, com um aplicativo de celular que pode ser utilizado pelos participantes, para que tenham acesso a todos os conteúdos.



Alinhamento estratégico

No dia 22 de julho, o deputado estadual Tião Medeiros, também presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), esteve na sede da FAEP para um encontro com o presidente da entidade, Agide Meneguette. Na ocasião, futuros investimentos na infraestrutura do Estado foram debatidos, para deixar o agronegócio paranaense ainda mais competitivo.



ALTAMIRA DO PARANÁ

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

Entre os dias 2 e 17 de março, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso “Introdução à informática - Word, Excel, e-mail e internet “. A instrutora Aline Loise Martins treinou 14 pessoas.



CASCADEL

AGRICULTURA DE PRECISÃO

Um grupo de sete pessoas participou do curso “Trabalhador volante da agricultura - agricultura de precisão - operação de drones”, organizado pelo Sindicato Rural de Cascavel. As aulas com o instrutor Arnaldo Antunes Neto ocorreram nos dias 5, 6 e 7 de março.



SÃO MANOEL DO PARANÁ

JAA

No dia 11 de março, 20 alunos começaram o curso “Produtor agrícola - Jovem Agricultor Aprendiz - preparando para gestão”, organizado pelo Sindicato Rural de Cianorte, a Secretaria Municipal de Educação de São Manoel do Paraná e o Colégio Estadual Duque de Caxias. As aulas com a instrutora Fernanda Santos Marcuz Cavalaro vão até o dia 18 de agosto.



INDIANÓPOLIS

JAA

Desde o dia 3 de março, 20 jovens estão frequentando as aulas do curso “Produtor agrícola - Jovem Agricultor Aprendiz - preparando para gestão”, promovido pelo Sindicato Rural de Cianorte e Escola Estadual Felisberto Nunes Gonçalves. Até o dia 28 de outubro os alunos terão aulas com a instrutora Lilian Janke.

VIA RÁPIDA



Picolé

O picolé foi criado por uma criança. Frank Epperson tinha 11 anos e morava em São Francisco, nos Estados Unidos. Em 1905, esqueceu um copo de suco com uma colher no quintal de casa, em uma noite fria. No dia seguinte, percebeu que a bebida havia congelado, criando uma espécie de gelo com sabor de fruta. A “invenção” foi patenteada e vendida como “Éppsicle” (de “Epp’slcicle”, algo como “Gelinho do Epp”).



Vinho e cerveja na balança

Uma taça de vinho acumula 170 calorias, enquanto um copo de cerveja (300 mililitros) tem 150 calorias. O problema está na quantidade. Enquanto para muitas pessoas uma taça de vinho basta, é difícil quem fique apenas em um copinho de cerveja...

Os cães farejam medo?

Você já deve ter ouvido a teoria segundo a qual os cães são capazes de farejar o medo. Esta é uma meia verdade. Segundo biólogos, quando sentimos medo, nosso organismo entra em um estado de estresse, que desencadeia reações físicas, como aumento dos batimentos cardíacos e do fluxo sanguíneo, além da aceleração da respiração. O cachorro consegue perceber tudo isso, analisando a atitude, a postura, a tensão muscular, a expressão facial e, também, o cheiro. O problema é que os caninos podem interpretar o medo como uma ameaça e atacar como forma de defesa.



Menor casal

O menor casal do mundo é brasileiro, reconhecido pelo Guinness Book. Casados desde 1996, Paulo Gabriel da Silva tem 90 centímetros de altura e Katyucia Hoshino, 91 centímetros. Os pombinhos se conheceram pelo Orkut e o primeiro encontro ocorreu em Londrina, onde Katyucia morava e trabalhava como cabeleireira. Após o casamento, o pequeno casal foi morar em Itapeva, São Paulo, onde Paulo é servidor público.



Primeiro desenho animado

Em 1908 foi exibido aquele que é considerado o primeiro desenho animado da história: Fantasmagorie. Criada pelo francês Émile Cohl, a animação é bastante simples. Trata-se de um boneco feito de traços, que passeia entre cenários. O desenho foi feito com cerca de 700 imagens, exibidas em sequência.



"Serial kisser"

Quem assistiu a shows e a jogos de futebol na década de 1980 deve se lembrar do Beijoqueiro. Ele se chamava João Alves de Moura e tinha fixação em invadir os palcos e os campos para tentar beijar famosos. Entre os beijados pelo "serial kisser" estão os cantores Roberto Carlos e Tony Bennett, os jogadores Roberto Dinamite, Zico, Garrincha e Falcão, e os políticos Leonel Brizola, João Figueiredo e Itamar Franco. A última aparição pública do Beijoqueiro se deu em 2009, quando ele anunciou que tentaria beijar o ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama – o que não aconteceu.

A velinha e as horas

- Por que a velinha não usa relógio?
- Porque ela é sem hora.

"Toca Raul!"

Certamente, você já ouviu alguém gritar "Toca Raul" em algum show. A produção de Raul Seixas vai bem além de "Gîtã", "Ouro de Tolo" e "Eu Nasci Há Dez Mil Anos Atrás". Ao longo de sua carreira, Raul gravou 17 álbuns de estúdio, seis discos ao vivo, além de 21 singles e 38 álbuns de compilação. São mais de 230 músicas.



UMA SIMPLES FOTO



QUER RECEBER NOTÍCIAS DO AGRONEGÓCIO E DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR NO SEU CELULAR?

Cadastre o número **(41) 98815-0416** e mande seu nome, cidade e atividade.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

